

Escola briga por contrato

Rio — O advogado do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, Clovis Sahione, entra, hoje, com mandado de segurança contra a liminar do juiz da 44ª Vara Cível, Armando Dunham de Freitas, que tornou nulos os contratos apresentados pelos colégios da rede privada para a renovação de matrícula dos alunos. Mesmo que a liminar perca a validade, se o Congresso Nacional rejeitar a reedição da Medida Provisória 265, que instituiu a livre negociação para a fixação das mensalidades, Sahione tentará cassá-la, “pois os colégios precisam receber as matrículas a fim de pagarem o 13º salário de seus funcionários”.

As escolas filiadas ao sindicato distribuirão circulares aos pais, alertando para o risco de perderem a vaga dos alunos, se a liminar for cassada. O advogado estranhou a declaração do presidente da Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Jorge Esch, de que 200 escolas teriam enviado cerca de Cr\$ 200 milhões a um grupo de deputados para que vote a favor da liberdade de fixação de valores:

“Os colégios não têm tal soma e seria um gasto inútil, pois a tendência é que a medida caia por decurso de prazo, sem passar por análise até sábado, ou que sofra transformações através de emendas.